



AS CONSTRUÇÕES TEÓRICAS DE CAPITAL SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DO URBANISMO SOCIAL E COLABORATIVO LATINOAMERICANO

Adriano da Silva Falcão UFN/SM e PPGDR/UNISC; Ângela Cristina Trevisan Felippi PPGDR/UNIS; Marco André Cadoná PPGDR/UNISC.

RESUMO

O desenvolvimento justo e igualitário através dos estudos de formação do capital social, considerando a importância dos atores na identidade e representações dos espaços urbanos é o objetivo primordial deste ensaio. Os questionamentos de Higgins (2005) fazem repensar os programas de pesquisa dessa temática trazendo um percurso dos modelos utilitaristas, normativos e mais contemporâneos de capital social assim como vinculando-os as perspectivas do urbanismo social e colaborativo. O texto percorre a temática através dos conceitos utilitaristas e suas comparações com a sociologia econômica assim como aborda as perspectivas normativas da contemporaneidade. É na abordagem da temática com sua vinculação as representatividades no espaço urbano sob os conceitos de urbanismo social e colaborativo que o ensaio se justifica e demonstra de que maneira contribui para a discussão de sua importância. Por fim, traz os elementos de aferição dessas dimensões através do sistema de verificação e avaliação do capital social no panorama do urbanismo social colombiano. Estas percepções experimentais, sociais e colaborativas, que surgem no sul global não podem ser apontadas como modelos, mas deveriam ser percebidas como caminhos possíveis na construção de realidades urbanas mais justas e inclusivas, apesar de percorrerem aprendizados diferentes e conduzirem a futuros distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento urbano. Rede de Atores. Capital Social. Representatividades. Urbanismo Social.

INTRODUÇÃO

Através das lentes da economia e a sociologia política é possível verificar que, mesmo imerso em um campo adversamente e, hipoteticamente, contrário à ideia de desenvolvimento justo e igualitário encontram-se elementos que percebem a formação do capital social, ou seja, a percepção da importância dos atores sociais, em suas variadas dimensões, como peças chave na transformação, consolidação e identidade dos espaços urbanos.

Dito isso, também não se deve ter preconceito com o vocábulo *oikonomia*¹ para se trilhar caminhos no desenvolvimento urbano e na formação do capital social, mas deve-se utilizá-la com critérios claros e efetivos para que não ganhe dimensões que possam mudar, mesmo que sutilmente, atitudes e comportamentos (RAWORTH, 2019) voltados ao desenvolvimento puramente econômico, na acepção que a palavra toma hoje. Haja visto que, com o apoio do *marketing* do desenvolvimento econômico, largamente evidenciado pelas

¹ Aqui utilizado no sentido do grego antigo como “gestão de uma família”.



mídias, os efeitos salientados de crescimento das cidades continuam, mesmo que superficiais e através de muitas contradições, envaidecendo e cegando muitos grupos sociais globalizados e, intensamente, interconectados².

Para tanto é necessário evidenciar que o desenvolvimento econômico não deveria ser visto como um fim em si mesmo, pois a verificação, pura e simples, das taxas de crescimento parecem não carregar consigo a evolução e melhora dos indicadores sociais pertencentes a uma coletividade. A esse mesmo conjunto de pessoas é necessário se dar a conotação da dimensão espacial e social da sociedade e as suas relações de poder constituindo o espaço social, que o é, na verdade e ao mesmo tempo, produto e condicionador dessa mesma coletividade.

Logo dever-se-ia pensar em, incluindo essa dimensão, desenvolvimento socioespacial, onde acontece a evolução real constituindo um processo de mudança para melhor, focando em uma ampliação da qualidade de vida de uma coletividade e, também, da resultante positiva configurada como justiça social, constituindo o que seria, nas palavras de Souza (2005) o desenvolvimento urbano autêntico. Da mesma forma, Harvey (2014) também enfatiza que essas dimensões seriam uma maneira de mudar e reinventar a cidade de acordo com os desejos mais profundos de uma sociedade, demonstrando claramente os poderes do coletivo sobre a construção urbana.

Os objetivos pretendidos por este ensaio partem da problemática proposta por Higgins (2005) onde salienta que o entendimento de capital social, apesar de ser um conceito em moda de pesquisa, ainda nos anos 90 do século passado, merece ser revisto e deve fazer parte de programas de pesquisa alternativos sobre a temática. O texto, faz um comparativo aos modelos utilitaristas e normativos, trazendo formulações facultativas do conceito que, através da conclusão de que depende de uma repartição igualitária dos direitos somados a vantagens distributivas, pode vincular muito as questões levantadas pelas ideias do urbanismo social e colaborativo.

O percorrido de Higgins (2005) intentava interagir com os conceitos aproximados que se iniciam nas visões utilitaristas, incorporando os conceitos normativos e mais contemporâneos da teoria de capital social levantando questões, em termos sociológicos, das raízes da cooperação vertical e horizontal, assim como das afirmações pressupostas pelo determinismo historicista e os destinos das comunidades. A questão primordial que resulta desse percorrido refuta a ideia dos precedentes histórico e dos modelos de futuros fixos nos

² Aula Inaugural – Prof. Marcio Valença “Eloquência Regional: sobre o papel da arquitetura no desenvolvimento regional” – PPGDR/UNISC – 06.03.2020.



desempenhos das sociedades, mas centra a questão nos conflitos pela distribuição igualitária dos recursos levando a resultados distintos para cada contexto pesquisado, visto aqui neste ensaio, como elementos possibilitados pelos princípios sociais e colaborativos das iniciativas urbanas que se apresentam em diversas experiências latino-americanas.

No fechamento da resenha percorre-se um apanhado de ferramentas produzidas para aferição das iniciativas colaborativas de construção de capital social constituídas por grandes grupos de dimensões analíticas, chamadas de barômetro de capital social, intentando verificar nesses parâmetros dimensões teóricas percebidas nas distintas visões da sociologia, da economia e da política analisados sob a perspectiva do capital social.

O CAPITAL SOCIAL, POLÍTICO E UTILITARISTA

Um dos primeiros autores que se pretende trazer para a discussão é Douglass North em razão das suas interpretações, dentro da nova economia institucional, que contribuem para a pesquisa inicial de capital social por perspectivas do entendimento das instituições formais e informais e, mais importantes ainda, a sua compreensão das organizações. Para o autor, o desenvolvimento estaria muito vinculado ao seu *Path dependence*, que seria uma dependência de trajetória ligada ao papel das instituições no desenvolvimento econômico onde teria uma tendência a se manter em uma mesma trajetória resultado das consequências entre o passado, presente e futuro, sendo necessário uma força, seja esta endógena ou exógena, para a mudança, ou seja, o desenvolvimento estaria centrado no processo histórico dinâmico (NORTH, 1993).

De uma maneira às avessas, ou talvez, mais dura, as instituições de North transmitem uma ideia que salienta o poder coletivo proveniente das forças das instituições, intuindo a maneira que podem favorecer ou breca o desenvolvimento, mas as enxerga aliadas as organizações e alicerçadas à sua trajetória. Necessariamente, traz também como ponto importante as imprescindíveis coalisões sociais, mas justifica que os resultados seriam alcançados, se e somente se, as regras do jogo fossem modificadas ampliando-se a qualidade dos jogadores, resultando em uma mudança positiva (NORTH, 1993).

Os pontos de interesse dessas premissas lançadas por North recairiam objetivamente no momento em que lança a ideia de qualificação dos atores/jogadores, dentro da teoria dos jogos, questionando-se de que maneira poderiam ocorrer essas ações de ampliação de qualidade, cogitando-se a ideia de que essas poderiam vir alicerçadas por bases culturais, e ainda, educacionais. Dito isso, percebe-se que se centram especificamente nas suas visões de como visualiza as regras do jogo, na figura das instituições e, também, a qualidade dos jogadores representada pela construção de capacidades.



As instituições, nesta perspectiva, constituem-se no elemento que funde os interesses individuais e coletivos, permitindo o intercâmbio econômico, político, social e desta forma, incidem sobre o maior ou menor crescimento econômico. Dentro da teoria dos jogos o autor reflete que as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou ainda, as limitações que são idealizadas pelo homem que compõem e dão forma a interação humana. Apesar do relacionamento diretamente ligado a análise econômica, North traz importantes conceitos que levam a pensar em como se pode construir capacidades no concernente a qualidade dos jogadores que compõem uma sociedade, sendo estes, atores sociais na suas diferentes escalas, fazendo vinculação entre estes e o conjunto da sociedade, fazendo breçar ou alavancar o desenvolvimento (NORTH, 1993).

Outro autor que vai trabalhar o conceito sob o viés da economia política é Polany (1980) onde faz uma crítica ao livre intercâmbio, centrando sua análise das sociedades nas lógicas de mercado que vão ganhando mais evidência em detrimento às vinculadas a reciprocidade e a redistribuição, concluindo que o livre mercado é fruto de uma sociedade em constante alienação, desumanização e reificação, levando a uma crise sociocultural. Dentro dessa perspectiva, traz o conceito de racionalidade limitada, classificando-a como substantiva, que considera demais fatores, e não instrumental, através de um olhar somente, desencadeando motivações e comportamentos econômicos nos indivíduos. Entretanto, é na visão de capital social do autor que chama a atenção quando o relaciona a mais uma mercadoria, onde a rede de relações consideraria este capital como produto dessa sociedade, alinhando com o conceito de reificação. Traz, assim como os demais, a conceituação de imersão, classificando-a como uma vinculação internalizada dos atores em um complexo sistema de mercado sendo influenciado pelas relações, ou seja, as relações sociais incrustadas no sistema econômico. A adversidade dessas perspectivas seria sua análise pelo viés econômico em primeiro lugar.

Mesmo em campos teóricos distintos, vindo da nova sociologia econômica, Granovetter (2007) traz a ideia dos comportamentos econômicos imersos em suas relações sociais, o conceito de *embeddedness*, ou imersão assim como Polany (1980), sendo interpretado por comportamentos e instituições regidos pelas relações sociais contínuas, aqui interpretadas como interdependentes. O capital social visto como bem público e privado que estaria enraizado na estrutura formada por essas redes de relações determinadas por duas teorizações: as redes de laços fortes e fracos.

Os conceitos de laços fortes estão inseridos nos grupos de relações de maior proximidade e intimidade vinculados aos grupos familiares e de parentesco, de amigos próximos. Já os laços fracos dependeriam mais das redes de conhecidos, formando conexões



mais amplas e não tão íntimas, constituindo laços mais superficiais, mas profundamente importantes na influência das indicações profissionais e vinculados aos mercados de trabalho. Para Granovetter (2007) essas relações estariam envolvidas nesses níveis distintos designando as redes sociais e constituiriam as preocupações de pesquisa no que concerne as interferências sofridas pelos comportamentos e pelas instituições, ou seja, os comportamentos estariam profundamente influenciados ou imersos nessas redes de relações interpessoais.

A comparação entre os pensamentos da economia e da sociologia econômica, apesar das percepções ditas subsocializadas e supersocializadas vinculadas a percepções e comportamentos racionais e irracionais, aproximam a ideia de que, mesmo a escolha racional seria desviada por influências sociais e que, ao mesmo tempo, as análises sociológicas deveriam necessariamente estar permeadas pelo entendimento também econômico da estruturação social (GRANOVETTER, 2007).

Nessa mesma linha de pensamento Putnam (1996) traz sua versão de capital social e o quanto o considera significativo no desempenho institucional, e uma das características mais importantes para essa conformação, as redes de confiança instauradas no cerne da comunidade. Dessa forma vê a confiança como a promotora da cooperação. Para considerar esses elementos na composição do desenvolvimento percebe como elementar a construção de instituições fortes, responsáveis e eficazes, sendo necessário compreender quais os mecanismos que as orientam para se alcançar um propósito comum, quais os componentes que existem dentro de certas sociedades democráticas que apresentam bons desempenhos, qual a cimento que liga essas sociedades?

Muito além de fatores econômicos, a engrenagem que move essas mudanças pode estar alicerçada nas demandas sociais intrínsecas, as tradições, as virtudes cívicas e um sentimento de comunidade, de pertencimento, algo que estaria calcado no interesse coletivo em detrimento do individual. As experiências italianas apresentadas pelo autor reforçam sobremaneira a importância do capital social no combate aos aspectos danosos do desenvolvimento, ainda que com pensamento centrado no econômico, entretanto o que fica é a valorização fundamental das pessoas (sociedade integral) no processo. Apesar desse apego a essas instituições, criar capital social não é tarefa fácil, pois vê como imprescindível vencer dilemas referente a ação coletiva, criar formas de cooperação, confiabilidade nos processos, sendo este um elemento fundamental (PUTNAM, 1996).

O mesmo autor identifica nos sistemas de participação cívica uma forma essencial de capital social e estaria calcado na interação e na interconexão dos jogos, nas sólidas regras de reciprocidade, reforçadas pelas cadeias de relacionamento, onde estas facilitariam a



comunicação e os fluxos de informações e confiabilidade dos indivíduos ampliando as forças para a cooperação, resultando em importantes fatores de continuidade nos processos de mudança social, constituindo-se em ganhos de longo prazo (PUTNAM, 1996).

O que leva a crer que são relações dicotômicas - as forças do capital social e a qualidade dos jogadores – e dependem ambos dos mesmos aspectos centrados nas coalisões. Seja nas qualidades dos jogadores, que criariam instituições fortes de North (1993) ou nas visões puramente econômicas de Polany (1980) de capital social como mercadoria, ou ainda, na estruturação dos laços fortes e fracos imersos em dadas sociedades de Granovetter (2007), mas também presentes nas redes de confiança formadas pela criação das virtudes cívicas de Putnam (1996). Pode-se compreender daí que para desenvolver uma sociedade seria necessário, então, fortalecer as instituições com base no seu capital social, porém a qualidade de sua formação pode ampliar as garantias nesse processo, entretanto, a impressão que fica é que essas características nascem conjuntamente.

Depreende-se daí que, no concernente ao planejamento dos processos de desenvolvimento que, apesar de não haver consenso evidente sobre o conceito de capital social, distingue-se que os muitos pensamentos se alinham no momento de demonstração dos recursos provenientes de uma construção social, somados a qualificação do capital humano, mas que somente estariam presentes em determinados contextos. Questiona-se quando e como poderiam ser percebidos ou constituídos essas possibilidades, se através de subsídios legais de planejar o futuro e, também, como forma de prever os muitos fenômenos coexistentes nas aglomerações humanas com a intenção de minorar os problemas da coletividade.

Outros elementos que poderiam ser trazidos à luz da formação do capital social seria a possibilidade de estarem intimamente conectados a sua gestão e administração das situações, com suas necessidades e demandas, sendo vistas como dimensões extremamente integradas e interdependentes. Aliados a isso, e talvez não menos importante, a construção de capital social codepende desses processos assim como deles deve participar no sentido de fortalecer a coesão. Nesse sentido, a economia política constrói, juntamente com os demais aspectos da governança, papel fundamental na descoberta de ferramentas necessárias para a compreensão dos diferentes atores que compõem esses contextos. E uma categoria particular da construção desse capital poderia ser visto pelo estoque de relações e de valores possibilitados e dependentes do aprofundamento dessas mesmas relações.

O CAPITAL SOCIAL DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA



A obra seminal de Bourdieu (1986) reflete sobre as formas de capital identificando-as como história acumulada e não reduzido a um equilíbrio mecânico entre atores vistos como partes intercambiáveis. Justifica que as noções de capital devem ser retomadas abarcando as variáveis para sua acumulação assim como os seus efeitos. O autor justifica a sua noção de obtenção de capital como trabalho acumulado e compara a teoria dos jogos dos atores sociais, não a um sorteamento de sorte ou azar, mas de elementos acumulados pelo tempo e incorporados no cerne de dadas sociedades. Estes princípios teriam a capacidade de produzir benefícios que se expandem e tendem a persistir, representando as formas imanentes deste mundo social analisado. Sendo assim, os diferentes tipos de capital distribuídos governam o seu funcionamento de uma forma persistente quase que determinando os aspectos positivos dessas práticas.

Especificamente quando trata dos conceitos de Capital Social, Bourdieu (1986) fala de que permitirão, aos membros desses grupos aos quais pertencem, a manutenção da sua percepção de mundo através de trocas simbólicas e embasadas em um material indissolúvel, sendo essas relações de proximidades físicas, ou até mesmo, ampliadas pela proximidade econômica e social. Argumenta que a quantidade dessa rede de relações depende exclusivamente das conexões a que se tem acesso e os benefícios de se pertencer a essas redes são a base da solidariedade que as faz possíveis.

Dito isso, percebe-se nesse discurso que se está muito condicionado pelas estruturas sociais as quais se pertence sendo, ao mesmo tempo, transformado por estas mesmas estruturas, ou seja, cria-se uma capacidade de agir conforme as regras do grupo, ou dentro de uma realidade social que consideram códigos de conduta e interesses do grupo ou campo estruturado. Esse apanhado vai salientar as dificuldades enfrentadas pelas tentativas de mobilidade social em razão dos nossos desejos e percepções estarem dentro de um campo de possibilidades permeadas pelo grupo ao qual se pertence, demonstrando que as visões de mundo não são por acaso, entretanto definidos pelas experiências a que se é exposto. Essas confrontações de diferentes campos de força entre atores distintos fazem parte de uma relação entre dominantes e dominados que entram em embate para manter o *status quo* ou transformar as regras do jogo que se impõe nessa rede de relações.

Para Coleman (1988) o conceito de capital social tomado como recurso para a tomada de decisão e para a ação é uma forma de garantir a estrutura social no paradigma da escolha racional e envolve, ao menos três aspectos distintos e coordenados, as expectativas e obrigações, os canais de informação e as normas sociais. Em um primeiro momento, a primeira forma depende de dois fatores distintos, a confiança no ambiente social ao qual se pertence significando que estará calcada nas obrigações reembolsadas e mantidas, ainda que



futuramente, mesmo que as estruturas sociais e os atores internos a elas possam diferir nessas distintas dimensões. Outra importante forma de capital social, em um segundo momento, trata-se da informação potencial herdada das relações sociais, trazendo o conceito de que a mesma seja um fator imprescindível para a tomada de decisão futura, mesmo que dependa do uso das relações sociais mantidas por outros propósitos. O último ponto avaliado, considera que quando uma norma existe e é considerada efetiva, se constitui em uma significativa forma de capital social.

O autor conclui que as distintas formas de capital visto como social são identificadas como bens públicos que a diferencia sobremaneira de suas outras perspectivas de construção de capital, entretanto adverte que, apesar dessa efetividade, são focos de poucos investimentos, em razão das justificativas de que os atores que criam capital social capturam somente uma parte de seus benefícios, apesar de sua importante parcela de construção social (COLEMAN, 1988).

Nas contribuições de Porter (1998) é importante salientar as análises realizadas nos aspectos positivos e negativos dos recursos que envolvem capital social. O autor analisa os quatro aspectos que o envolvem e possibilita a visualização de suas dinâmicas analisadas sob significativos exemplos justificando que, mesmo centrando as questões dos recursos do capital vistos de forma quase sempre positiva, uma compreensão dos aspectos negativos que envolvem a temática é necessária no sentido de contrabalançar o quadro de forças para a sua compreensão, identificando limitações. É imprescindível salientar que adverte para um cuidado para análises breves das positivities relativas ao conceito que podem comprometer sobremaneira sua completa compreensão e significado na teoria sociológica.

O quadro apresentado pelo autor demonstra que os recursos analisados estão centrados em distinguir as motivações consumatórias e instrumentais, onde na primeira concepção estão os valores introjetados e a solidariedade limitada e, na segunda, a reciprocidade de trocas e, também, a confiança obrigatória. Esses recursos seriam a habilidade de garantir benefícios para os membros de uma determinada rede e de outras estruturas sociais. Essas habilidades poderiam gerar consequências consideradas positivas e, talvez, vinculadas a resultados não tão positivos, mas necessariamente não negativos. As primeiras, vinculadas aos benefícios sociais do apoio familiar, do controle social e da observância das regras de sociabilidade, e de todos os benefícios mediados pela rede a que se pertence. Na outra margem, estão relacionados os acessos restritos as oportunidades oferecidas, assim como as restrições individuais de liberdade social, as excessivas reivindicações dos grupos sociais e as normas descendentes ou de nivelamento negativo. Esses quatro elementos negativos têm o mesmo peso dos seus efeitos positivos pois são



capazes de barrar acessos a novos integrantes para os grupos considerados (PORTER, 1998).

Os autores sob a perspectiva da sociologia econômica trazem importantes contribuições para o entendimento do capital social onde Coleman (1988) e Bourdieu (1986) o analisam sob os focos de recursos potenciais e da rede de relações dependentes das conexões a que se tem acesso, assim como um recurso para a tomada de decisão e identificadas como bens públicos, mas se percebe que essas noções deixam transparecer os benefícios abarcados pelos atores inseridos nesses grupos considerados. Entretanto, Porter (1998) como consequência de suas análises chega à conclusão de que, mesmo sendo, majoritariamente, visto como tendo consequências relativas dos efeitos positivos da sociabilidade, o capital social teria que ser revisto na totalidade dos seus efeitos e recursos, tanto nos seus aspectos negativos quanto positivos para se ter uma agenda de pesquisa pertinente.

A CONTEMPORANEIDADE DAS PERSPECTIVAS NORMATIVAS

Se o desenvolvimento deveria ser visto como a evolução do bem-estar e a economia não deveria estar desassociada dessa perspectiva, questiona-se, então, de que forma se poderia construir essas capacidades. Na perspectiva de Sen(2000) a construção de capacidades deveria vir acrescida da expansão das liberdades humanas e vinculadas a igualdade social nos termos de saúde, educação, renda e democracia, demonstradas através de indicadores sociais e a ideia de desenvolvimento como liberdade, pois, nessa perspectiva o desenvolvimento é multidimensional e está vinculado a ideia de justiça social como desenvolvimento humano pleno, após dotados dos recursos básicos.

Essas capacidades seriam amplificadas pelas urgentes políticas públicas, porém, vistas como efetivas somente se extensivas e com a participação da população, garantindo a transparência dos processos e trazendo o papel do Estado como elementos capazes de garantir a segurança protetora dos indivíduos, inclusivamente os mais necessitados, reforçando os papéis das instituições. Estas mesmas instituições fortes seriam capazes de, conjuntamente a programas claros de desenvolvimento (SOUZA, 2005), promover uma possibilidade de modificação para o fortalecimento do capital social. A expansão das liberdades é necessária para que a sociedade se sinta capaz de fazer escolhas para o seu próprio futuro sendo vista como:

Os fins e os meios do desenvolvimento, liberdades humanas [...] as pessoas [...] ativamente envolvidas [...] na conformação do seu próprio



destino e não como beneficiárias passivas de programas de desenvolvimento (SEN, 2000, p. 77).

Amartya Sen (2000) traz o conceito de desenvolvimento multidimensional, adicionado a teoria de justiça e desenvolvimento pleno, através da dotação de recursos básicos, vinculando as suas concepções teóricas, tendo como base os países escandinavos a partir da noção de que todos os atores estão na mesma linha de partida podendo seguir caminhos diferentes, ocasionado por escolhas pessoais, entretanto envoltos em igualdade distributiva. O senso de justiça visto como muito mais amplo do que a posse de bens e consumo, mas vinculado a uma condição e vida mínima proporcionado por grande papel do Estado, levando o indivíduo a fazer escolhas de acordo com sua visão de mundo mas condicionada aos acessos possibilitados pelas oportunidades, tendo nos gestores os provedores auxiliares dessas possibilidades.

A isto o autor chama de capacitações e as aborda como forma de entender o que seria a expansão dessas capacidades, ou liberdades, demonstrando serem esses os fins e os meios para o desenvolvimento, sendo ampliadas pelas proeminentes políticas públicas e a participação efetiva da população. Não é o que se tem, na verdade, mas sim o que se é capaz de realizar com o conjunto capacitório e quais os movimentos que se faz com os meios possibilitados.

As liberdades tratadas nesse conjunto capacitório estariam centradas nas liberdades e capacidades, substantivas, através das disposições institucionais influenciadas pelo papel constitutivo e pelo papel instrumental. O primeiro ligado aos fins, aos funcionamentos, as capacidades de acesso à educação e a liberdade de expressão, e o segundo, ao conjunto de pacotes alternativos de bens, onde estariam os canais legais de aquisições disponíveis. Esses canais, para Sen (2000), estariam centrados no papel do Estado via proposição de políticas públicas possíveis de promover as oportunidades sociais, facilitar o progresso econômico, fazendo a regulação e proporcionando o acesso inclusivo e evitando a privação econômica, assegurando e expandindo o conjunto de capacidades substantivas.

Nas visões regionalizadas, Ricardo Abramovay (2000) questiona como seria possível criar capital social onde este não existe, tentando identificar os obstáculos enfrentados para o seu desenvolvimento. O autor o descreve como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e empresas. Suas concepções estão embasadas nos conceitos de Coleman (1988) e Putnam (1996) desmistificando o mito de sociedade como um conjunto de indivíduos onde cada um age por interesses e objetivos completamente independentes, abarcando a ideia de capital social



como possibilidade de se alcançar objetivos comuns, mas as coparticipações possibilitadas pela confiança mútua, ou seja, como instrumento da ação coletiva. No desenvolvimento territorial trabalhado pelo autor é visto como a formação de uma rede de atores que agem conjuntamente para a valorização dos atributos de uma região trabalhando para uma ampliação dos círculos de confiança, mudando o clima territorial.

O autor ainda salienta que as possibilidades, no estudo visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, adviriam da educação, mas adverte que, na sua percepção, a governança, no papel do Estado individualmente, não teria força para modificar as lógicas sociais das comunidades e receia que a sua natureza, costumeiramente, clientelista somente auxiliariam na manutenção de um círculo vicioso que também dificultariam a evolução de projetos de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000). Seria na constituição de instituições fortes as únicas capazes de fortalecer o capital social que, conjuntamente, se tornariam protagonistas na construção e desenvolvimento de novos territórios.

Dito isso, para as percepções deste ensaio, associam-se dois elementos considerados prementes na conformação do capital social, a qualidade dos jogadores dos conceitos utilitaristas da economia política e o conjunto capacitório dos modelos normativos. Questiona-se se essas dimensões de análise não se direcionariam as mesmas percepções por parte dos autores, pois se, em um primeiro momento a criação e evolução do capital social inerente a determinados territórios depende de como os atores, ou jogadores, se qualificam, em uma segunda apreensão poderia se associar a criação de um conjunto de capacidades que qualificam os mesmos grupos considerados. Essa qualificação ou criação de capacidades poderia simplesmente estar presente no território ou ser, artificialmente, criada através de políticas públicas direcionadas as distribuições igualitárias.

O CAPITAL, O ESPAÇO E AS PERSPECTIVAS DO URBANISMO SOCIAL E COLABORATIVO

Sob as perspectivas do urbanismo social e colaborativo pretende-se percorrer os pensamentos que envolvem estas ideias e de que forma contribuem para a formação e o fortalecimento do capital social e a construção da desejada construção social. De maneira expedita pretende-se fazer um percurso pelas iniciativas que podem apontar caminhos na construção de sociedades mais justas e inclusivas, entretanto, reforçando os importantes papéis peculiares da formação do capital social e da força dos atores na busca por esse pretendido desenvolvimento, tendo em primeira instância, o social, e posteriormente como consequência, o sustentável, e como resultado o econômico e suas diversas dimensões.



Segundo as visões contemporâneas dessas ações Leite *et al* (2019) traz para a discussão os conceitos correntes do urbanismo social e colaborativo dando ênfase nas políticas públicas e nos instrumentos urbanos inovativos com sentido de promoção a inclusão social e territorial dos diversos atores. O urbanismo social é considerado pelos autores uma importante parte da nova agenda urbana (ONU, 2004) no concernente a inclusão social, notadamente também, como uma nova forma de envolvimento das comunidades nos processos participativos de planejamento urbano. Essa justificada inclusão poderia estar relacionada a possibilidade de criação de capital social conforme discorrido nos diversos autores considerados anteriormente, percebendo nesses exemplos, como a inserção de políticas públicas relacionadas ao território e centradas no desenvolvimento humano, poderiam estar vinculada a uma crescente e necessária inclusão social, sendo possível referenciar a experiência de cidades da América Latina, exemplificada por Medellín (CO), como positivas, muito embora não sendo um exemplo de cidade perfeita.

Dentre os muitos exemplos de políticas que construiriam efeitos positivos nessas possibilidades de valorização e criação de capital social e humano estas poderiam estar ligadas a construção de capacidades de Sen (2000) através de uma mobilidade efetiva e inclusiva. Segundo Leite (2019) diversas foram as propostas que apoiaram esse crescente processo de cooperação urbana e vê-se que o principal objetivo das intervenções era conectar pessoas. Estas ações transformam a cidade, dando maior legitimidade a população e, conseqüentemente, resultando em inversões da violência que se apresentava.

Outros elementos considerados para a estruturação do conjunto capacitório (SEN, 2000) estariam dentro dessa mesma perspectiva através da construção dos sentidos de pertencimento que seriam, reforçados e amalgamados, por projetos de valorização cultural e dos saberes próprios das comunidades, principalmente as fragilizadas socialmente. Essas possibilidades poderiam ser articuladas pela criação de equipamentos erigidos nos cerne dos problemas urbanos, as chamadas Unidades de Vida Articulada (EDU, 2020). Estes equipamentos, ligados a cultura, ao lazer e a atenção comunitária, recriam e potencializam os aspectos da convivência urbana e, também, deveriam auxiliar na reconstrução da cidade nas dimensões de Henry Lefebvre – o espaço percebido, concebido e, principalmente, vivido (LEFEBVRE, 2001).

Na complementação dessas ações ainda é possível perceber, como assim preconiza os princípios do novo urbanismo (ASCHER, 2007) quando trata dos elementos de retroalimentação e flexibilidade urbana, a continuidade da experiência real de participação comunitária e a qualificação de mão de obra efetiva no momento em que se fomentam políticas e regramentos que garantam essa realidade, e mais ainda, através de programas de



conscientização ampla e irrestrita dos coautores dessas ações. Essas construções de políticas públicas estariam associadas as percepções de capital social segundo Putnam (1996) nas possibilidades de ampliação dos sentidos de pertencimento.

Somam-se a esta perspectiva a construção do discurso, segundo Roldán (2013), ou seja, visto como um ferramental importante na condução da governança e do planejamento, a ideia de urbanismo social, também, pode ser vinculada a um pensamento de elaboração de um discurso que pode induzir comportamentos, legitimando ou não, os atores sociais, que se ligam a ideia de modelo de cidade e gestão de desenvolvimento. Essas construções discursivas, ultimamente, permitem no exemplo da cidade de Medellin, conectar-se produtivamente aos entendimentos de cidades globais, da criação de mercados, ampliando as possibilidades de geração de riquezas, culturais, identitárias e, por resultado, desenvolvimento, inclusive econômico. Na perspectiva de Roldán (2013) o urbanismo social é um exemplo de um processo de desenvolvimento articulado as demandas regionais, tendo como pano de fundo os entendimentos das demandas globais, onde se busca, com base nessa externalidade, uma governança de cidade normatizada, competitiva e produtiva, constituída por um conteúdo ideológico do discurso. A função do discurso e da ideologia vista como elementos construtores de uma visão autorreferente identificando como estes se articulam aos modos de poder e controle, legitimando o modelo de urbanismo social, impactando significativamente nos processos físicos, espaciais, sociais e políticos da construção do território. Considera-se que o discurso é um elemento inerente as práticas de planejamento e, por conseguinte, é possível perceber em suas representações as dinâmicas de poder, controle e ordem (ROLDÁN, 2013).

Nesse sentido o discurso seria, também, um elemento constitutivo na compreensão da construção do capital social segundo as ampliações de conexões, os sentimentos de confiança, de pertencimento, segundo Bourdie (1986), e constitutivos de uma coletividade resultando em uma maior confiança no ambiente social (COLEMAN, 1988).

Auxiliares nessa construção devem ser considerados os elementos que podem estruturar dispositivos básicos de gestão dos territórios que poderiam ser a complementação estratégica da força da representação social do espaço público, repercutindo que este é capaz de influenciar como o indivíduo se percebe enquanto sujeito pertencente a um determinado grupo ou coletividade. É possível identificar na elaboração de Contreras-Lovich(2016) alguns conceitos que balizam esses projetos de territórios com a ampla participação dos atores sociais, convertendo-os em cidadãos, também, criativos e participativos, peças chave nesse experimento aberto de constituição de espaços vividos (LEFEBVRE, 2001). Essas construções estão embasados na experimentação e na escala mais humana (GEHL, 2013),



ou seja, o indivíduo, a emoção e o território, finalizando com o urbanismo participativo, visto como uma bússola na construção de sentidos face as práticas sociais fundamentadas nos conhecimentos da comunidade.

Outras abordagens que podem auxiliar na construção de propostas participativas são relativas a necessária “educação” e formação comunitária dos atores participantes, não com viés de padronização cultural, mas no sentido do despertar da consciência e da conveniência dos espaços públicos das cidades, ou seja, seria como instrumentalizar os atores com vistas a construção de um ferramental auxiliar na percepção dos espaços dos diferentes territórios, nas fases iniciais de diagnóstico, como forma de mobilização e preparação dos atores, garantindo também graus de confiança mais elevados para os processos adotados construindo, também, instituições mais fortes (CONTRERAS-LOVICH, 2016). Consegue-se perceber nessas elaborações teóricas um fundo de compreensão da ampliação da qualidade dos jogadores, segundo Douglass North (1993), onde as capacidades poderiam ser positivamente construídas, onde os atores sociais nas suas diferentes escalas, poderiam vincularem-se entre si e com o conjunto da sociedade, contribuindo para alavancar o desenvolvimento.

Nas diversas possibilidades erigidas e propostas pelo urbanismo social e colaborativo, seja na construção do discurso, dos espaços públicos reflexivos e proveniente de processos participativos, assim como da “educação” dos atores, pode-se demarcar evidências de saídas possíveis a criação de capital social sendo extensivas a diversas formas de coesão. Dessa maneira procura-se identificar as formas de aferição desses efeitos, majoritariamente, vistos como positivos, entretanto sempre tomando o cuidado de não serem tomados como modelos inquestionáveis de desenvolvimento social.

O SISTEMA BARCAS E AS POSSIBILIDADES DE AFERIÇÃO SOCIAL

Com o intuito de fazer a aferição do capital social e da participação sociopolítica foi criado, junto ao Banco Mundial, um questionário que tem como principal objetivo prover um conjunto de ferramentas empíricas com foco de aplicação em países em desenvolvimento. Esse instrumento é uma tentativa de possibilitar uma base para aferição de distintas dimensões de capital social criando diferentes possibilidades de agendas de pesquisas na área. As intenções recaem sobre as possibilidades do instrumento auxiliar nas formulações de políticas públicas, e, também, servir como base de gestão e, principalmente, como suporte para futuros programas junto as populações empobrecidas, na busca por alternativas de desenvolvimento e instrumentalização de estratégias para essas populações. No entanto o documento alerta para as necessárias adaptações aos diferentes contextos e realidades



levantando questões regionais ligadas diretamente aos territórios considerados (GROOTAERT, 2003).

O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) trata de diferentes dimensões que podem ser associados as construções teóricas constitutivas do entendimento de capital social percebido na visão de distintos autores aqui pontuados e discutidos, mesmo os pertencentes a diferentes vertentes teóricas e percepções, sendo estas mais utilitaristas, normativas ou mesmo contemporâneas de capital socialmente constituídos. Pragmaticamente a *survey* busca traduzir em números os impactos alcançados por distintos projetos e suas considerações sobre o capital social dos territórios, assim como, identificar áreas com maiores impactos na implementação de políticas públicas.

As dimensões analisadas se centram em um primeiro momento na verificação dos diferentes *Grupos e Redes*, sendo esta a mais comumente associada a constituição de capital social, verificando a constituição de redes informais, as formas de organização social, assim como a diversidade de associações, lideranças e mudanças ocorridas no cerne desses grupos. Os níveis de *Confiança e Solidariedade* são verificados, tanto em nível familiar quanto em grupos mais amplos, percebendo de que forma podem modificar com o tempo considerado. Outra categoria investiga a *Ação Coletiva e a Cooperação*, nos níveis de trabalho e colaboratividade nos grupos, assim como verifica possíveis respostas a crises. As três últimas dimensões vão tratar especificamente das formas de trocas de *Informação e Comunicação* das estratégias elaboradas, reconhecidamente uma dimensão premente para o desenvolvimento de capital social, assim como, a *Coesão e Inclusão Social*, nas tarefas de identificação de possíveis conflitos, diferenças e exclusões. Com sentido de fechamento dos pontos levantados considera o empoderamento através das percepções de *Autoridades e a Construção de capacidades através de Ações Políticas* (GROOTAERT, 2003).

Todos os elementos considerados nos questionamentos do chamado Barômetro de Capital Social (BARCAS) são plenamente discutidos e percebidos através da extensa literatura referente a temática, onde cada ponto é apropriado ou levantado pelos diferentes autores da economia e da sociologia política apresentados neste ensaio. Pode-se vincular a cada dimensão uma associação direta ou indireta aos percorridos teóricos de cada autor nas considerações sobre o que consideram ser os elementos prementes de criação e ampliação da dimensão social do capital, aliado as percepções humanas e políticas e econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simbolicamente em resposta ao questionamento inicial de Higgins (2005) sobre a necessidade de constituição de capital social e sua socialização, pode-se depreender que



este deveria ter efetivamente uma repartição igualitária com vantagens distributivas e que, apesar dos suas arguições de aferição, é imprescindível que a sociedade, através de suas representações nos territórios possa contar com a colaboração vertical dos gestores, mas também com a coparticipação horizontal de seus grupos de atores. Que apesar do perceptível crescimento dos discursos neoliberais e de austeridade das agendas de governança da atualidade, os grupos fragilizados não podem se abster das intervenções em escala do Estado-nação, para o enfrentamento alinhado a políticas públicas inclusivas, justas e igualitárias. E assim como percebe o autor (HIGGINS, 2005) é imprescindível que se deixe no caminho as percepções culturalmente deterministas e dependentes da história de cada território, quando da condução dos destinos das intervenções, descortinando possíveis civilidades latentes e identitárias de cada contexto.

O entendimento das diversas dimensões envolvendo a compreensão do capital social nas suas distintas possibilidades analíticas, assim como as experiências do urbanismo social e colaborativo, aferido e conduzido, em muitas frentes experimentais que eclodem na América Latina, deveriam servir mais como um leme orientador de percursos, entretanto nunca visto como um modelo a ser seguido adversamente as realidades encontradas em cada território. Corroborar-se com estas constatações o discurso de Higgins (2005) quando afirma que nos conflitos surgidos na luta pela distribuição igualitária, as diferentes realidades constroem aprendizados diferentes, que irão conduzir a futuros imprevisíveis, entretanto nunca pré-definidos e determinados pela constituição de sua história evolutiva.

As experimentações do urbanismo social e colaborativo não são modelos de desenvolvimento, mas podem trazer respostas convincentes para contribuição na agenda de pesquisas sobre a construção de capital social arguido por Higgins (2005) inicialmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, abr/jun 2000. 379-397.

ASCHER, F. **Los Nuevos Principios del Urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

BOURDIE, P. **The forms of capital**. In: RICHARDISON, J. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Westport CT: Greenwood, 1986. p. 241-258.

COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. The American Journal of Sociology, v. 94, p. 95-120, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2780243>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CONTRERAS-LOVICH, H. N. **La representación social del espacio público para el diseño y la gestión de territorios**. Revista de Arquitectura, Bogotá, v. 18 nº1, p. 18-34, jan-jul 2016.



EDU. Nós. **Empresa de Desarrollo Urbano EDU**, 10 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.edu.gov.co/edu/nosotros>>.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. RAE-eletrônica, São Paulo, v. 6, p. s/p, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume>>.

GROOTAERT, C. E. A. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. [S.l.], p. 47-49. 2003.

HIGGINS, S. S. Precisamos de capital social? Sim, mas socializando o capital. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 3 jan-jun 2005. 1-21. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, C. et al. **Social Urbanism in America Latina. Cases and Instruments of Planning, Land Policy and Financing the City Transformation with Social Inclusion**. Cham: Springer Nature, 2019.

NORTH, D.. **Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030**. Kenya: United Nations Human Settlements Programme, 2004.

POLANY, K. **A Grande Transformação - as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, A. **Social Capital: its origins and applications in modern sociology**. Annual Review Sociology, 1998. 1-24. Disponível em: <www.annualreviews.org>.

PUTNAM, R. **Capital Social e desempenho econômico**. In: PUTNAM, R. Comunidade e Democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 173-194.

RAWORTH, K. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROLDÁN, S. M. Q. **Discurso y Producción de Ciudad: un acercamiento al modelo del urbanismo social en Medellín, Colombia**. Cuadernos de Vivienda y Urbanismo, p. 122-139, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.